



# Prova Objetiva da Área Jurídica

## INSTRUÇÕES

- Preencha com atenção o número do CPF e o código encaminhado para seu endereço de e-mail. O preenchimento equivocado é de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) e ocasionará a eliminação do processo seletivo.
- Somente será aceito um envio por CPF e código. Se houver uma segunda tentativa de envio, o (a) candidato (a) será eliminado (a) do processo seletivo.
- Leia cuidadosamente o comando de cada uma das questões e escolha a resposta correta.
- Responda as questões na ordem que mais lhe convier, sendo permitido pular questões e voltar para respondê-las, desde que dentro do tempo máximo estipulado para a prova objetiva.
- Seu tempo de realização da prova é limitado a 3 (três) horas. Não haverá tempo suplementar.
- Ao terminar a prova, basta clicar em "Enviar", não sendo permitido novo envio.
- O gabarito oficial preliminar será divulgado no dia 08 de abril de 2024, conforme Edital publicado no Portal da Residência.

\* Obrigatória

Informe o CPF \*

Informe o código recebido por e-mail \*

1. Sobre o princípio da insignificância em nosso sistema, marque a alternativa CORRETA.

- a) Independe do bem jurídico protegido pela norma penal incriminadora para ser aplicado.
- b) Afasta a culpabilidade do agente.
- c) Não torna a conduta lícita.
- d) Só é aplicável aos crimes contra o patrimônio.
- e) Como resulta de construção dogmática e jurisprudencial, não possui, segundo a doutrina dominante, previsão expressa em diploma legal penal, comum ou especial.

2. Sobre as teorias do crime, é CORRETO afirmar que:

- a) A partir da teoria da imputação objetiva, desaparece a concepção de tipo subjetivo, já que o resultado é atribuído ao autor a título objetivo-normativo.
- b) A finalista não admite a criminalização da intenção delitiva que não se expresse no mundo exterior.
- c) A causal naturalista ou clássica preconiza a prescindibilidade do dolo para a constituição do crime.
- d) A neokantista ou neoclássica manteve o mesmo conceito de dolo natural, só agregando à culpabilidade o elemento exigibilidade de conduta conforme o direito.
- e) A imputação objetiva substitui, modernamente, a equivalência dos antecedentes causais nos crimes materiais.

3. Em relação à ilicitude do fato, é CORRETO dizer que:

- a) O consentimento do ofendido dado antes ou no curso do fato sempre a exclui, bastando apenas que o dissentimento da vítima não seja elementar do tipo.
- b) A legítima defesa putativa a afasta.
- c) O estado de necessidade reconhecido pela sentença absolutória livra o autor do dever de indenizar.
- d) Cabe legítima defesa real contra legítima defesa subjetiva.
- e) O excesso em uma causa justificante não admite reação legítima para refutá-lo.

4. No tocante ao erro e à culpabilidade na evolução da dogmática, marque a resposta CORRETA.

- a) Em nosso sistema, o erro sobre uma discriminante nunca exclui a ilicitude do fato.
- b) A teoria psicológico-normativa tratava diversamente a consequência do erro, dependendo da parte do dolo afetada.
- c) Para a teoria psicológica da culpabilidade, o erro de direito era relevante e eximia a culpabilidade, se inevitável, ou reduzia a pena, se evitável.
- d) Na concepção da teoria normativa pura da culpabilidade, apenas o erro sobre a ilicitude do fato era relevante, afastando a culpabilidade, se invencível, ou diminuindo a sanção, se vencível.
- e) O paradigma para a aferição da escusabilidade do erro de proibição é o homem médio, de prudência e discernimento.

5. Quanto às formas de realização de um crime, marque a resposta CORRETA.

- a) A mera cogitação de um crime é um indiferente penal para o nosso arcabouço legal.
- b) Quem quer envenenar outra pessoa e coloca a substância letal no conteúdo de uma taça que será em seguida tomado pela vítima pratica atos preparatórios de um homicídio.
- c) Os crimes de perigo não comportam tentativa.
- d) Para a consumação do crime de roubo, é preciso que o autor retire a coisa da esfera de vigilância da vítima.
- e) A tentativa perfeita, em um só ato, pode também ser branca.

6. Lício foi condenado pelo crime de lesão corporal leve em desfavor de sua ex-companheira em contexto de violência doméstica e, na sentença, foi fixada indenização no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de mínimo reparatório por danos morais. Inconformada, a defesa recorreu reivindicando o afastamento do haver civil consectário. Considerando o caso hipotético exposto acima, é INCORRETO expressar que:

- a) A decisão deve ser mantida, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte, ainda que não especificada a quantia e independentemente de instrução probatória para a apuração do quantum.
- b) A indenização em questão independe de indicação de um valor líquido e certo da reparação pelo postulante.
- c) Para a fixação da indenização é indispensável que tenha havido instrução probatória acerca do dano psíquico ou emocional causado à vítima.
- d) Tratando-se de dano in re ipsa, basta o pedido da acusação ou da parte e a possibilidade de defesa para a consolidação do direito.
- e) O juiz sentenciante podia estabelecer o valor mínimo da reparação, que pode ser revisto em sede recursal.

7. Caio foi condenado pela prática de tráfico de drogas e, na sentença, o juiz refutou a aplicação do § 4º do art. 33 da Lei Antidrogas (LAD), ao fundamento de que a quantidade e a variedade de entorpecentes demonstram a dedicação do autor às atividades criminosas. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar que:

- a) A natureza e a quantidade da droga podem ser utilizadas concomitantemente na primeira e terceira fases da dosimetria, nesta última para descaracterizar o tráfico privilegiado ou modular a fração da pena.
- b) Configura constrangimento ilegal o afastamento do tráfico privilegiado e da redução da pena por presunção de que o agente se dedica a atividades criminosas, derivada unicamente da análise da natureza ou da quantidade de drogas apreendidas.
- c) As circunstâncias da natureza e da quantidade de droga apreendida devem ser levadas em consideração apenas em uma das fases da construção da dosimetria, sob pena de bis in idem.
- d) O juiz, na fixação da pena, considerará, com preponderância sobre as vetoriais previstas no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- e) A natureza e a quantidade das drogas apreendidas devem ser empregadas na fixação da pena-base.

8. Com relação ao crime de ameaça (art. 147 do CP), é CORRETO afirmar que:

- a) Não comporta tentativa.
- b) Não tem como elementar a atemorização da vítima, bastando a idoneidade intimidativa da ação.
- c) Depende da produção de resultado para se consumir.
- d) É incompatível com o estado de embriaguez ou alteração química do autor.
- e) Exige, para sua configuração, a efetiva intenção do agente de concretizar o mal prenunciado.

9. Acerca da execução penal, é CORRETO que:

- a) A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime, mas não interrompe o lapso para o fim de comutação da pena ou do indulto.
- b) Não poderá haver, cumulativamente, remição por estudo e trabalho.
- c) O período de recolhimento domiciliar noturno sem fiscalização por monitoramento eletrônico não pode ser considerado para fins de detração.
- d) Para a concessão da prisão domiciliar humanitária é prescindível a comprovação da incompatibilidade entre o tratamento de saúde e a segregação cautelar.
- e) Com as alterações trazidas pela Lei 13.964/2019, o bom comportamento do preso para a concessão do livramento condicional deve limitar-se ao período dos últimos 12 meses.

10. No terreno dos crimes contra o patrimônio, compreende-se como CORRETO que:

- a) No roubo (art. 157, CP), se os bens estão sob os cuidados de uma única pessoa, que sofreu a violência moral ou física, mas pertencem a patrimônios distintos, configura-se concurso formal.
- b) É incabível o privilégio no furto (art. 155, CP) quando o tipo é qualificado.
- c) A diferença entre o furto (art.155, CP) e a apropriação indébita (art. 168, CP) é que na segunda o agente não devolve o bem, mas o dolo de usurpação é anterior à sua obtenção.
- d) O agente que, dolosamente, passa-se por funcionário público e, simulando a finalidade de adquirir um veículo, em uma revenda de carros, solicita fazer um *test drive* e deixa o estabelecimento à direção do automóvel, não retornando, pratica um estelionato (art. 171, CP).
- e) A jurisprudência majoritária não admite a tentativa de roubo impróprio (art. 157, § 1º, CP).

11. No que diz respeito aos crimes contra a dignidade sexual, é CORRETO afirmar que:

- a) A ausência de interação recíproca e de exposição sexual do autor afasta a tipificação do estupro virtual.
- b) É dispensável a comprovação do nexo causal entre o ato praticado mediante ameaça e o efetivo dano à dignidade sexual da vítima para a consecução do crime cometido por meio eletrônico.
- c) É possível a configuração de assédio sexual na relação entre professora e aluno.
- d) No estupro de vulnerável, a constatação do trauma psicológico advindo do evento é sempre suficiente para tornar negativa a circunstância judicial referente às consequências do crime na dosimetria da pena.
- e) Desclassifica-se o crime de estupro de vulnerável para o de importunação sexual se os toques forem apenas superficiais à vestimenta.

12. No tema concurso de pessoas, é CORRETO afirmar que:

- a) Só ocorre coautoria quando todos realizam a mesma conduta típica.
- b) Há coautoria, e não participação, na conduta de quem participa da execução sem realizar o núcleo do tipo.
- c) Para a adequação típica da coautoria é dispensável o art. 29 do CP.
- d) Há participação, e não coautoria, quando os agentes realizam atos distintos de execução.
- e) Não se admite coautoria em crimes próprios.

13. No campo da violência contra a mulher, marque a resposta CORRETA.

- a) O condenado por lesão corporal não pode fazer jus ao sursis penal (art. 77 do CP).
- b) A agravante do crime cometido com violência contra a mulher (art. 61, II, "f", do CP) pode incidir sobre a lesão corporal qualificada em contexto de violência doméstica do art. 129, § 13, do CP.
- c) Não se configura o crime de perseguição (art. 147-A do CP) se a vítima continuar em contato com o ofensor ou reatar o relacionamento com ele.
- d) A agressão no âmbito da unidade doméstica não compreende apenas aquela praticada contra a mulher e os familiares do autor.
- e) O crime de violência psicológica (art. 147-B do CP) não exige o resultado naturalístico para se consumar.

14. Em matéria penal no âmbito do direito da infância e da adolescência, é CORRETO afirmar que:

- a) As medidas socioeducativas não podem prescrever, dada a sua natureza pedagógica.
- b) A ação socioeducativa destinada à apuração de ato infracional é movida pelo Ministério Público nos casos de ação penal pública, e pela vítima ou seu representante legal nas hipóteses correspondentes à ação penal privada.
- c) Alcançada a maioridade penal, o adolescente não poderá mais ser submetido a medida socioeducativa pelo fato que cometeu quando ainda era menor.
- d) A remissão com incidência de eventuais medidas socioeducativas ou protetivas, como pode ser mais favorável ao adolescente, prescinde, para ser aplicada, da anuência dele ou de seu advogado.
- e) O promotor de justiça pode conceder remissão a adolescente que registre ato infracional pretérito.

15. Com respeito aos crimes omissivos, é CORRETO que:

- a) Se puros ou próprios, não se exige que o omitente tenha a possibilidade concreta de agir.
- b) Os comissivos por omissão não admitem participação por ação.
- c) Quando puros ou próprios comportam tentativa.
- d) Para a configuração dos impróprios, a lei, o contrato e a criação do risco de ocorrência do resultado não esgotam as possibilidades de assunção de responsabilidade.
- e) Exige-se a comprovação do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado para a imputação.

16. Considerando o que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu sobre a figura do “juiz das garantias” no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É inconstitucional a regra de impedimento do juiz que tenha praticado atos no curso da investigação preliminar para funcionar no processo.
- b) A decisão sobre requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis pode prescindir de audiência quando houver risco para o processo.
- c) Todos os atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação penal se submetem ao controle judicial.
- d) A competência do juiz das garantias cessa depois da decisão de admissibilidade da acusação e do afastamento das hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do CPP.
- e) É possível o emprego de videoconferência para a realização da audiência de custódia, mediante decisão da autoridade judiciária competente, desde que este meio seja apto à verificação da integridade do preso e à garantia de todos os seus direitos.

17. Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O réu não tem direito subjetivo de acompanhar, por sistema de videoconferência, audiência de inquirição de testemunhas realizada presencialmente perante o Juízo natural da causa, por ausência de previsão legal, regulamentar e principiológica.
- b) Em delitos sexuais, comumente praticados às ocultas, a palavra da vítima possui especial relevância, desde que esteja em consonância com as demais provas acostadas aos autos.
- c) Nos delitos praticados em ambiente doméstico e familiar, geralmente praticados à clandestinidade, sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima em juízo de culpa sobre o acusado, não tem relevância, mesmo quando infirmada pelos demais elementos probatórios acostados aos autos.
- d) É possível a antecipação da colheita da prova testemunhal, com base no art. 366 do CPP, nas hipóteses em que as testemunhas são policiais, tendo em vista a relevante probabilidade de esvaziamento da prova pela natureza da atuação profissional, marcada pelo contato diário com fatos criminosos.
- e) É válida a recusa do juízo em deferir pedido de perícia para identificação de voz captada em interceptações telefônicas quando não há dúvida plausível que justifique a medida.

18. Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A revogação do acordo de não persecução penal ocasionada pelo descumprimento de suas condições pelo investigado pode ser indicada como fundamento para a recusa de oferta de suspensão condicional do processo.
- b) É direito da vítima ser intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento – essa intimação é realizada pelo juízo que homologou ou revogou o acordo.
- c) Caso não seja viável a celebração do acordo de não persecução penal por recusa do investigado em confessar o fato, é possível celebrar transação penal, desde que o crime seja de menor potencial ofensivo.
- d) A condição do acordo de não persecução penal que remeta à prestação de serviços à comunidade deve sempre observar redução da pena mínima considerada – em patamar que varia de um a dois terços.
- e) Nos crimes em que a vítima não seja pessoa física, o acordo de não persecução penal prescinde da reparação do dano ou da restituição da coisa.

19. Sobre a prova no processo penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Para a incidência do roubo majorado pelo uso de arma de fogo, é imprescindível a apreensão da arma e a realização do respectivo laudo de exame de eficiência.
- b) A alteração da competência não torna inválida a decisão acerca da interceptação telefônica determinada por juízo inicialmente competente para o processamento do feito.
- c) Nos casos de competência da Justiça do DF, somente a polícia civil tem atribuição para a execução da interceptação telefônica autorizada judicialmente.
- d) Se a fundamentação da decisão indicar excepcionalidade constitucional, é possível autorizar a interceptação telefônica para apuração de crime apenado com detenção.
- e) É inválida a prova obtida a partir de interceptação telefônica autorizada judicialmente se o crime descoberto for apenado com detenção.

20. Sobre os procedimentos e competência no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Em caso de conexão do crime de tráfico de drogas com o de porte de arma de uso restrito, observar-se-á o rito comum ordinário, e não o rito especial previsto na Lei de Drogas, e o processo tramitará sob competência do juízo especializado de drogas.
- b) Os casos de crime contra a honra, cuja pena exceda o patamar do crime de menor potencial ofensivo, mas não alcance 4 ou mais anos de pena privativa de liberdade, serão processados perante o juízo criminal singular e observarão o procedimento comum sumário.
- c) No caso de processamento dos crimes contra a honra perante o juízo criminal singular, o juiz, antes da admissibilidade da acusação, deverá designar data para composição entre querelante e querelado.
- d) O processamento do crime de latrocínio, quando ensejar resultado morte, observará a competência constitucional estabelecida do júri.
- e) Nos feitos que, por conexão, reúnam crimes de menor potencial ofensivo e crime doloso contra a vida, todos os fatos serão reunidos para processamento perante o juízo do tribunal do júri.

21. Sobre a investigação preliminar, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em caso de arquivamento da investigação pelo promotor de justiça, o delegado, discordando do arquivamento, dispõe de legitimidade para pleitear a remessa dos autos ao órgão revisional do MPDFT.
- b) Se verificar que a diligência indicada se mostra relevante à elucidação do fato, o delegado de polícia deverá determinar sua realização ainda que a diligência decorra de pedido do próprio investigado.
- c) Na apuração do crime de sequestro e cárcere privado, o Ministério Público não poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos – a diligência deverá observar prévia autorização judicial.
- d) Quando houver prisão em flagrante, o respectivo auto instaura o inquérito policial.
- e) Nas investigações de letalidade policial, a investigação será sobrestada, caso o policial não se apresente no curso da investigação assistido por defensor indicado pela instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos.

22. Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa CORRETA.

- a) No crime de menor potencial ofensivo, em lugar da prisão em flagrante, o delegado restituirá a liberdade ao conduzido após a colheita do termo com o compromisso de o conduzido comparecer posteriormente ao juízo.
- b) Não se imporá prisão em flagrante ao investigado que seja primário, tenha bons antecedentes e apresente comprovante de residência física e ocupação lícita.
- c) Não é possível a imposição de prisão em flagrante no crime permanente enquanto não cessar a permanência.
- d) Fundamentadamente, o delegado poderá dispensar ou reduzir a fiança daquele que não tenha condições financeiras de prestá-la.
- e) A prisão em flagrante por injúria, mesmo quando praticada em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, autoriza a fixação de fiança por se tratar de crime contra a honra.

23. Sobre as medidas cautelares pessoais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É inviável a prisão preventiva em crime de menor potencial ofensivo.
- b) É inviável a prisão preventiva em crime culposo.
- c) É possível a prisão preventiva em crimes com pena máxima inferior a 4 anos em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- d) A prisão preventiva para assegurar a execução de medida protetiva só é possível quando o investigado ou o acusado é réincidente em crime doloso e quando o crime tem pena superior a 4 anos de privação de liberdade.
- e) Quando a prisão preventiva ocorrer por dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, a liberdade só poderá ser restituída, após a identificação, por nova decisão judicial.

24. Sobre a prisão processual, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A decretação de prisão temporária, por se tratar de prisão para a investigação, não exige que o juiz aprecie a adequação da medida à gravidade concreta do fato, às circunstâncias do fato e à condição pessoal do investigado.
- b) A decretação de prisão temporária, por se tratar de prisão para a investigação, não exige que o juiz fundamente a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão.
- c) Fundamentadamente, pode o juiz estender a prisão temporária para crimes não enumerados expressamente na Lei 7.9630/1989, desde que indique interpretação extensiva ou analogia.
- d) Uma vez decretada a prisão temporária, não se admite a posterior prisão preventiva no processo.
- e) Uma vez revogada a prisão preventiva ou substituída por cautelares pessoais, o juiz poderá voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

25. Sobre a prisão processual, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Caso o processo se encontre em processamento de recurso especial ou extraordinário, incumbirá ao juízo de primeira instância a avaliação da revisibilidade periódica de 90 dias da prisão preventiva.
- b) O juiz, antes de decidir pedido defensivo de revogação da prisão preventiva, deve oportunizar manifestação do Ministério Público.
- c) Não se considera fundamentada a decisão de prisão preventiva que não explicita o motivo concreto de sua incidência no caso.
- d) Se a prisão em flagrante é relaxada pelo juiz na audiência de custódia, isso não é impeditivo a que se decreta a prisão preventiva fundamentadamente, caso a situação apresente os pressupostos, os requisitos e a inadequação de cautelas diversas da prisão.
- e) Segundo o STF, o juiz pode decretar a prisão preventiva, mesmo que o pedido do Ministério Público se refira à imposição de medida cautelar diversa da prisão, pois se entende, nesse caso, que ele não impôs a cautela pessoal de ofício.

26. Sobre competência no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nos crimes de estelionato, quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local do domicílio da vítima.
- b) Havendo pluralidade de vítimas no crime de estelionato, quando praticado mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será firmada pela prevenção em relação aos domicílios dessas distintas vítimas.
- c) Considere que o lugar da infração não é conhecido e o réu não tem residência certa ou seu paradeiro é ignorado – nesse caso, a competência será firmada pela prevenção.
- d) O crime de injúria praticado na internet, por meio de mensagem privada que só é vista pelo remetente e pelo destinatário, é consumado no local em que a vítima toma conhecimento do conteúdo ofensivo.
- e) Se o crime é de ação penal privada exclusiva, o querelante deverá ajuizar a ação penal no seu próprio domicílio.

27. Assinale a alternativa INCORRETA, segundo a compreensão do STF estabelecida para as garantias do acusado no processo penal.

- a) Não se admite condenação baseada exclusivamente em declarações informais prestadas a policiais no momento da prisão em flagrante. A Constituição Federal impõe ao Estado a obrigação de informar ao preso seu direito ao silêncio não apenas no interrogatório formal, mas logo no momento da abordagem, quando recebe voz de prisão por policial, em situação de flagrante delito.
- b) O princípio da vedação à autoincriminação, conquanto direito fundamental assegurado na Constituição Federal, pode ser restringido, desde que (i) não seja afetado o núcleo essencial da garantia por meio da exigência de uma postura ativa do agente na assunção da responsabilidade que lhe é imputada; e que (ii) a restrição decorra de um exercício de ponderação que viabilize a efetivação de outros direitos também assegurados constitucionalmente, respeitado o cânone da dignidade humana do agente.
- c) As declarações colhidas do próprio acusado, quando derivada de interceptação telefônica autorizada judicialmente, não poderão ser usadas em desfavor dele, pois isso contraria o *nemo tenetur se detegere*.
- d) Não é possível determinar judicialmente o acusado a fornecer padrões vocais para subsidiar prova pericial que entende lhe ser desfavorável.
- e) O acusado não está obrigado a fornecer padrões gráficos do próprio punho para exame pericial; mas não há óbice que se realize o confronto de grafia a partir de documento lícitamente apreendido e vinculado à investigação e ao processo.

28. Sobre os recursos no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O efeito devolutivo amplo da apelação criminal autoriza o Tribunal de origem a conhecer de matéria não ventilada nas razões recursais, desde que não agrave a situação do condenado.
- b) Se a oferta das razões defensivas no recurso de apelação é intempestiva, o Tribunal não conhecerá do recurso por ausência de pressuposto objetivo de admissibilidade.
- c) O fato do acusado estar foragido no processo não é impeditivo para a admissibilidade e o conhecimento do recurso de apelação interposto contra a sentença condenatória.
- d) A imprescindibilidade das razões de apelação impõe que, na inércia do defensor constituído para apresentá-las, se proceda à intimação do acusado para indicar novo defensor para ofertar as razões.
- e) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.

29. Sobre os recursos no processo penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A ausência de decisão do juiz singular sobre a possibilidade de retratação no recurso em sentido estrito é impeditivo do julgamento no tribunal e configura hipótese de nulidade absoluta do acórdão que aprecia o recurso.
- b) Na eventualidade de o tribunal adiar a apreciação do recurso de apelação para a sessão seguinte, é imprescindível a intimação da defesa para a nova data.
- c) Admite-se a fungibilidade na apreciação de recurso ordinário em habeas corpus como se fosse recurso especial quando a parte erra na interposição do recurso contra acórdão proferido em recurso em sentido estrito.
- d) É possível a renúncia ao direito de recorrer pelo acusado, ainda que ele assim proceda sem a assistência de defensor técnico, dado que se trata de ato disponível à defesa.
- e) Aplica-se o princípio da fungibilidade à apelação interposta quando cabível o recurso em sentido estrito, desde que demonstrada a ausência de má-fé, de erro grosseiro, bem como a tempestividade do recurso.

30. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os processos de competência do Tribunal do Júri.

- a) A leitura em Plenário do Júri dos antecedentes criminais do réu não se enquadra nos casos apresentados pelo art. 478, incisos I e II, do Código de Processo Penal; assim, não há óbice à sua menção por quaisquer das partes.
- b) Para desaforamento do processo de competência do júri, é imprescindível a oportunização de manifestação defensiva antes da decisão.
- c) A falta de quesito obrigatório no júri, ainda que não arguida no momento de apresentação dos quesitos às partes pelo juiz presidente, é causa de nulidade do julgamento.
- d) A simples leitura da pronúncia no plenário do Júri não leva à nulidade do julgamento, que somente ocorre se a referência for utilizada como argumento de autoridade que beneficie ou prejudique o acusado.
- e) Não é possível o manejo de revisão criminal contra condenação proferida no júri, sob pena de violação da soberania constitucionalmente assegurada aos veredictos.

31. Assinale a alternativa INCORRETA. O processo de execução de sentença proferida por juiz ou tribunal alienígena segue procedimento e requisitos legais e constitucionais próprios, consoante a atual ordem jurídica brasileira. Assim, integra o rol dos requisitos:

- a) A sentença que tenha sido proferida por um julgador competente.
- b) Homologação da sentença pelo STJ.
- c) A sentença traduzida por intérprete escolhido pela parte interessada.
- d) Sentença cujo processo tenha assegurado a citação das partes ou o reconhecimento legal de revelia.
- e) A sentença que tenha alcançado o trânsito em julgado e preenchido os requisitos formais para a execução, segundo as leis do país em que foi proferida.

32. Considere a seguinte hipótese: João, emancipado voluntariamente pelos seus pais, com 17 anos de idade, mediante grave ameaça, com uso de arma de fogo, em via pública, abordou a vítima José e subtraiu para si a quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais). João foi autuado em flagrante e conduzido pelo policial militar responsável pelo flagrante à delegacia criminal comum, a fim de que João seja responsabilizado, nos termos do Código Penal. Sobre a hipótese, é CORRETO afirmar que:

- a) João, apesar de emancipado, responderá pelo delito praticado no âmbito da lei especial, qual seja: o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) A responsabilização de João será híbrida, parte na esfera especial e parte na esfera penal adulta.
- c) A emancipação afasta parcialmente a responsabilização de João no âmbito do ECA.
- d) Considerando que foram os pais que emanciparam João, eles podem figurar como coautores na conduta delitativa praticada por João. Entretanto, poderão ter a pena atenuada.
- e) Tratando-se de adolescente emancipado, envolvido em prática delitativa, a questão atrai obrigatoriamente a incidência dos princípios da Justiça Restaurativa.

33. Alice, com 24 anos e formação superior no curso de Direito, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, associada a um escritório de advocacia e, atualmente, cursando pós-graduação em direito de família, é exequente em ação de alimentos interposta em desfavor de Pedro, seu genitor, pelo rito da prisão civil, por não ter cumprido com sua obrigação legal e moral para com ela durante anos. Com base na Lei de Alimentos e na jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) A prisão civil de Pedro é devida independentemente das particularidades do caso concreto.
- b) A maioridade civil e a capacidade de promoção ao próprio sustento de Alice, por si só, não são capazes de desconstituir a obrigação alimentar de Pedro, devendo haver prova pré-constituída da ausência de necessidade dos alimentos.
- c) O cancelamento da pensão alimentícia de Alice pode ser feito de ofício, por decisão judicial, nos próprios autos, já que ela atingiu a maioridade, independentemente de contraditório.
- d) Da sentença que fixa alimentos, caberá, em regra, apelação no efeito devolutivo e suspensivo.
- e) A decisão judicial sobre alimentos, após transitar em julgado, não pode ser revista, ainda que ocorra modificação da situação financeira da Alice ou do Pedro.

34. A ação de investigação de paternidade, inclusive a socioafetiva, é a principal forma jurídica de se comprovar o vínculo entre pai e filho (a) e de se garantir o direito fundamental individual ao estado de filiação do ser humano. O embasamento à ação de investigação de paternidade está no valor supremo da dignidade da pessoa humana e no direito à identidade genética. Em relação à ação de filiação e à ação investigatória de paternidade, é INCORRETO afirmar que:

- a) Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris tantum* de paternidade.
- b) Qualquer pessoa pode contestar a ação de investigação de paternidade, ou maternidade, desde que justo interesse tenha.
- c) Na ação de declaração de paternidade *post mortem* exige-se o exame de DNA para que o juiz se convença da paternidade, sendo inadmitidos quaisquer outros meios de prova.
- d) A sentença declaratória do estado de filiação produz efeitos *ex tunc*.
- e) Se o suposto pai houver falecido ou não existir notícia de seu paradeiro, o juiz determinará, a expensas do autor da ação, a realização do exame de DNA em parentes consanguíneos, preferindo-se os de grau mais próximo aos mais distantes, importando a recusa em presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório.

35. Considere a seguinte situação hipotética: Maria, grávida de 7 meses, ao comparecer na consulta do pré-natal, verbaliza para o médico Francisco que pretende entregar o filho que traz em seu ventre para a adoção. Francisco e sua esposa Regina estão devidamente cadastrados nos cadastros estadual e nacional de pessoas pretendentes à adoção. Assim, Francisco fez proposta à Maria de ela entregar-lhe a criança, sob guarda de fato, logo após o nascimento, a fim de que ele e sua esposa Regina pudessem ter a prioridade na adoção. Dentre as proposições abaixo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Legalmente é possível que o médico Francisco e sua esposa recebam a criança após o nascimento, sob guarda de fato para um subseqüente pedido de adoção.
- b) O médico Francisco e sua esposa Regina, ainda que estejam devidamente cadastrados nos cadastros de pessoas que pretendem adotar, não terão qualquer prioridade.
- c) A prioridade à adoção será possível caso Maria compareça em audiência e apresente perante o juiz e o Ministério Público manifestação de que deseja entregar o filho em adoção, quando nascer, para Francisco e sua esposa Regina.
- d) A prioridade à adoção para Francisco e Regina será viabilizada somente após o nascimento da criança.
- e) A prioridade será assegurada para o casal Francisco e Regina, após verificar junto à família extensa se existe algum parente próximo interessado na adoção.

36. Considere a seguinte situação hipotética: Jane, com 12 anos de idade e Marcelo, com 9 anos de idade, ambos irmãos, filhos de Pedro e Clarisse. Clarisse foi destituída do poder familiar por sentença judicial, em razão das constantes lesões corporais praticadas contra os filhos Jane e Marcelo. Ainda, Jane era alvo de constantes agressões físicas e verbais por parte de Pedro, seu genitor. As agressões geralmente ocorriam após Pedro fazer uso abusivo de cocaína e pelo fato dele não aceitar a cor da pele de Jane, oportunidade em que Pedro, mediante xingamentos, questionava a sua paternidade em relação à Jane. Essas agressões causaram sofrimento psíquico à Jane. Em razão do sofrimento mental, Jane desenvolveu um quadro depressivo, levando-a a um contexto de faltas escolares. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O quadro de vulnerabilidade de Jane no contexto da violência doméstica enseja a incidência de medidas protetivas de urgência em relação a Pedro, não alcançando, porém, o filho Marcelo.
- b) Embora Clarisse tenha sido destituída do poder familiar em relação aos seus dois filhos, Jane e Marcelo, uma das medidas protetivas de urgência é o restabelecimento do poder familiar de Clarisse, em nome do melhor interesse, conforme textualiza o ECA.
- c) As agressões verbais perpetradas por Pedro pelo fato dele não aceitar a cor da pele de Jane podem caracterizar violência e a incidência da Lei Henry Borel.
- d) O delegado de polícia, no intuito de conferir celeridade, poderá determinar o afastamento de Pedro do ambiente familiar, nos termos do ECA.
- e) Na hipótese em questão, uma vez recebido expediente com o pedido em favor de Jane, é prescindível que o juiz, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conheça do expediente e do pedido e decida sobre as medidas protetivas de urgência requeridas.

37. Adolescente X, durante o cumprimento de medida socioeducativa de internação, foi representado pela prática de outro ato infracional análogo ao art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 14 do Código Penal, porém praticado antes dele iniciar o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Após o devido processo legal, na sentença, o juiz de Direito extinguiu a representação com fundamento no art. 45, § 2º, da Lei 12.594/2012 (Lei do SINASE), tendo em vista a execução em curso de medida socioeducativa de internação. Nessa situação hipotética, é CORRETO afirmar que:

- a) O juiz agiu corretamente, ante os critérios de unificação de medidas socioeducativas.
- b) O juiz, no transcurso da execução de medida socioeducativa, não poderá proceder à unificação se sobrevier sentença de aplicação de nova medida.
- c) O juiz poderá proceder à unificação de medidas socioeducativas de ofício, sem necessidade de ouvir o Ministério Público.
- d) A autoridade judiciária poderia, nesse caso, ter determinado o reinício de cumprimento de medida socioeducativa.
- e) Inviável a extinção do processo pela aplicação do art. 45, § 2º, da Lei 12.594/12, porquanto, embora seja vedada a aplicação de medida de internação por atos infracionais praticados anteriormente ao adolescente que já tenha concluído medida socioeducativa desta mesma natureza, a situação hipotética informa que o adolescente está em cumprimento da medida de internação anteriormente imposta.

38. No processo civil brasileiro, a fase instrutória ou probatória ocorrerá sempre que os elementos de prova apresentados na fase postulatória não forem suficientes para formar a convicção do juiz. Com fundamento na teoria geral da prova, na normatização sobre a produção antecipada de provas e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, leia com atenção o caso a seguir: Cristina propôs "Ação Autônoma Exibitória" em face do Banco Luz, aduzindo que teve seu nome lançado em rol de inadimplentes por conta de suposta dívida contraída com a instituição financeira. Alega, outrossim, que não obteve acesso ao contrato que gerou o débito questionado, apesar de ter solicitado extrajudicialmente. Pede, assim, a exibição desse documento. Afirma que a solicitação encontra guarida nas regras dos arts. 399 e 497 do Código de Processo Civil. Sobre a exibição de documento ou coisa como meio de prova, marque a alternativa CORRETA.

- a) com a entrada em vigor do novo CPC, a exibição de documentos ou coisas passou a ser prevista expressamente apenas em caráter incidental, no curso do processo em andamento.
- b) a pretensão da Cristina encerra verdadeira medida de caráter cautelar, cujo tratamento de processo autônomo foi extirpado da novel legislação processual.
- c) É inadmissível a exibição de documentos como objeto de produção antecipada de prova.
- d) É inadmissível o ajuizamento de ação de exibição de documentos, de forma autônoma, inclusive pelo procedimento comum do CPC.
- e) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

39. Em um caso hipotético, a parte recorrida impugnou, através de agravo de instrumento, a decisão extintiva do cumprimento de sentença por ela iniciado, não tendo sido conhecido o recurso, porquanto considerado inadequado à impugnação desse ato judicial; mas, antes de findo o prazo recursal, essa mesma parte interpôs apelação, da qual o tribunal estadual conheceu e deu-lhe provimento. Com relação aos princípios recursais e à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A interposição do recurso de apelação acarretou ofensa ao princípio da unirrecorribilidade e, portanto, não deveria sequer ter sido conhecido, pois em regra cada decisão comporta uma única espécie de recurso.
- b) O princípio do duplo grau de jurisdição, segundo o qual se possibilita à parte que submeta matéria já apreciada e decidida a novo julgamento por órgão hierarquicamente superior, está implicitamente previsto na Constituição, seja em atenção ao devido processo legal, seja em decorrência de previsão constitucional sobre a existência de tribunais.
- c) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- d) Conforme o princípio da taxatividade, consideram-se recursos somente aqueles designados por lei federal, uma vez que é competência privativa da União legislar sobre essa matéria. Porém, o rol de recursos cabíveis no Código de Processo Civil não é exaustivo, sendo possível a criação de recursos nos regimentos internos de cada Tribunal de Justiça.
- e) Consoante o princípio da proibição da *reformatio in pejus*, é vedada a reforma da decisão impugnada em prejuízo do recorrente e, conseqüentemente, em benefício do recorrido, salvo se ambas as partes recorrem da mesma decisão.

40. Acerca dos mecanismos autocompositivos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Tratando-se de direitos que admitem a autocomposição, podem as partes plenamente capazes determinar alterações no procedimento a fim de adequá-lo às particularidades da causa e ajustar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, englobando as fases anterior, ou no decorrer do processo, a exemplo dos direitos indisponíveis e do reconhecimento do estado de filiação.
- b) Em relação à audiência de mediação, a intimação recairá na pessoa dos advogados das partes, do mediador e do conciliador.
- c) O ajuste firmado pelas partes em sede de autocomposição configura título executivo extrajudicial.
- d) Os mecanismos autocompositivos de solução de conflitos, notadamente a Justiça Restaurativa, podem ser aplicados em processos de família.
- e) Em sintonia com o CPC, ato normativo do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) fixa a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público.

41. Sobre o tema hermenêutica constitucional assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A partir da filosofia de Gadamer, podemos afirmar que os Manuais de Direito são conceitos prévios que revelam importância para o processo de compreensão, visto que se colocam como o ponto inicial para o intérprete alcançar a compreensão adequada sobre determinada matéria, especialmente quando se busca formatar uma norma de decisão.
- b) A mutação constitucional não requer uma mudança física no texto normativo, mas uma alteração no significado e na interpretação de um dispositivo constitucional. Dessa forma, o texto mantém-se hígido, porém, com mudança na sua interpretação, exteriorizando um caráter dinâmico.
- c) Quanto ao método científico-espiritual, ele analisa o texto constitucional não de forma cravada na sua literalidade, porém na perspectiva da realidade social e dos valores implícitos do texto da Constituição, cabendo ao intérprete não lidar com o Texto Maior como um instrumento normativo inerte e permanente.
- d) O princípio da unidade da Constituição orienta que ela é uma, de modo que a sua interpretação não pode ser realizada por partes, mas considerando o seu todo, buscando harmonizar todas as tensões e ambiguidades aparentes, exceto quando conflitar com outra norma constitucional, prevalecendo entre elas a que tiver maior hierarquia constitucional.
- e) Em relação ao princípio da interpretação conforme à Constituição, ele orienta que, na hipótese de normas constitucionais que acolhem mais de uma interpretação, há que se dar preferência à interpretação com maior dimensão compatibilizadora com o conteúdo constitucional e que, por óbvio, não seja contrária ao conteúdo da norma constitucional.

42. Antes da Constituição Federal do Brasil ser promulgada em 5 de outubro de 1988, ela foi debatida em Assembleia Nacional Constituinte durante 20 meses e escrita após o final da Ditadura Militar, que durou mais de 20 anos no Brasil. Ela é conhecida como Constituição Cidadã, justamente por ter sido fruto de amplo debate entre os constituintes e a sociedade. Nela estão inseridos os direitos e obrigações de todos os cidadãos, assim como dos entes políticos do país, e ao *Parquet* há em um capítulo especial, como órgão independente e autônomo. A respeito do poder constituinte originário e do poder constituído ou constituinte derivado, indique a afirmativa CORRETA.

- a) A Constituição Federal do Brasil, do mesmo modo que ocorre com as normas infraconstitucionais, extrai o seu fundamento de validade de uma ordem jurídica (formal) superior.
- b) É vedado ao poder constituinte originário recepcionar normas constitucionais anteriores ou mesmo outras normas jurídicas, mas, se o fizer, as normas recepcionadas fundamentarão nova ordem constitucional.
- c) Pode-se afirmar que o amplo debate ocorrido durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte sobre a ideia de uma nova constituição é um exemplo de poder constituinte material, e o procedimento adotado para a formalização dessa ideia através da promulgação da Constituição Cidadã é um exemplo de poder constituinte formal.
- d) A rigidez constitucional dificulta a manutenção da estabilidade das instituições políticas e jurídicas.
- e) Mesmo após a entrada em vigor da Constituição Federal do Brasil de 1988, é possível reformá-la ilimitadamente, seguindo os mesmos procedimentos, seja por meio de emendas, tidas como mecanismos permanentes e ordinários de reformas, seja por meio de revisão constitucional, modalidade excepcional de reforma.

43. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos do art. 18 da Constituição Federal de 1988. Leia os itens abaixo sobre a organização do Estado brasileiro.

I. Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

II. A soberania é atributo do Estado Federal, ao passo que as unidades federadas dispõem apenas de autonomia.

III. A Constituição Federal de 1988 elevou o Município à condição de ente federativo, do mesmo modo que a União, os Estados e o Distrito Federal.

IV. O princípio federativo e a forma federativa de Estado podem ser objeto de emenda constitucional.

V. Para assegurar o equilíbrio do princípio federativo, a Constituição Federal previu o instituto da intervenção, de tal sorte que o Distrito Federal pode sofrer intervenção para garantia da autonomia municipal.

Quais afirmações acima estão CORRETAS?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas II e IV.
- d) Apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.

44. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem previsão constitucional e sua competência pode ser sintetizada no controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como no cumprimento dos deveres funcionais dos juizes. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Cabe ao CNJ o controle dos processos e sentenças, mediante relatório com dados estatísticos a cada seis meses, por unidade da Federação, abarcando os variados órgãos do Poder Judiciário, salvo os casos resolvidos pelos mecanismos autocompositivos.
- b) Os membros do CNJ e o seu Vice-Presidente, antes da nomeação pelo Presidente da República, serão devidamente sabatinados e aprovados por maioria absoluta do Senado Federal, na perspectiva do princípio freios e contrapesos.
- c) No âmbito da sua competência, cabe ao CNJ expedir resoluções que criam infrações administrativas e penais, a exemplo do transporte irregular de criança para unidade da federação diversa da do domicílio da criança.
- d) O controle do CNJ abarca as sentenças. Dessa forma, diante da obrigatoriedade constitucional e legal de fundamentação das decisões judiciais, sob o prisma do devido processo legal, o controle em questão alcançará somente a fundamentação no campo infraconstitucional, ou seja, da legalidade.
- e) Na hipótese do juiz de primeiro grau se omitir, sem motivo plausível, a adotar providência que deva determinar de ofício, mesmo após instado pelo escrivão, poderá ser responsabilizado por perdas e danos.

45. Sobre as funções do Ministério Público.

I. O Ministério Público é instituição essencial à Justiça, responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para tanto, cabe-lhe atuar como *custos legis* e com exclusividade como *custos vulnerabilis*.

II No intuito de assegurar vários olhares sobre o caso, o órgão ministerial que conduzir as investigações ficará impedido ou suspeito de propor a ação penal contra o indiciado.

III. Na hipótese de ação penal pública incondicionada proposta pelo órgão ministerial contra indivíduo que praticou o crime de roubo qualificado, o Ministério Público funciona como órgão agente e fiscal das garantias processuais.

IV. Na hipótese de crime hediondo, como fiscal da lei no processo penal, o Ministério Público tem a função mitigada, pois nesta espécie de crime há que prevalecer a função de órgão agente, com a busca incessante da verdade real, motivo pelo qual o órgão ministerial não deve se imiscuir em algumas questões, a exemplo da falta de fixação de prazo pelo juiz para o oferecimento da defesa prévia.

Considerando as proposições acima, julgue os itens.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente estão corretos os itens I e II.
- c) Somente estão corretos os itens I, II e III.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item IV.

46. Considere a seguinte situação hipotética: Maria, ao final da pandemia, ficou desempregada e passou a viver nas ruas de Brasília acompanhada de seus dois filhos, Marta, com três anos de idade, e João, com cinco anos de idade. A família utilizava uma parada de ônibus para dormir. Certo dia, durante a madrugada, por volta das 2h, um policial militar, ao perceber que Maria e os seus dois filhos dormiam no local, determinou que eles saíssem e buscassem outro local para dormirem. Com base no presente caso hipotético, leia os itens abaixo:

I. O policial militar agiu legalmente, pois trata-se de espaço público, não se prestando, dessa forma, a acolher pessoas em contexto de rua.

II. O policial militar laborou em erro, pois deveria ter encaminhado a questão para o Conselho Tutelar da localidade, a fim de que o órgão pudesse adotar medidas protetivas voltadas à família.

III. O policial militar não se equivocou no seu agir, diante do direito fundamental à liberdade de ir e vir das crianças Marta e João de estarem nos logradouros públicos, conforme preconiza o inciso I do art. 16 do ECA.

IV. Os direitos fundamentais das crianças estão catalogados fora do art. 5º da Constituição Federal, dentre os quais está o direito às convivências familiar e comunitária.

Considerando a hipótese descrita na questão, marque a resposta CORRETA. :

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Somente o item IV está correto.
- d) Somente os itens I e IV estão corretos.
- e) Somente os itens II e IV estão corretos.

47. Em um domingo chuvoso, Aline, desempregada, solteira e com dois filhos pequenos, entrou em um hipermercado por volta das 22h e colocou dentro da sua bolsa um pacote de apesuntado fatiado, uma porção de charque, um pacote de escovas de dente, um fio dental e um pacote de farinha de mandioca, totalizando R\$ 149,90 (cento e quarenta e nove reais e noventa centavos). Ao tentar sair do hipermercado sem pagar pelos produtos discriminados, Aline foi detida pelos seguranças, que chamaram a polícia. Aline foi indiciada por tentativa de furto, julgada e condenada pelo Tribunal de Justiça local. A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus*, sob argumento de atipicidade material da conduta protagonizada por Aline, mas o Superior Tribunal de Justiça denegou a ordem, tendo deixado de aplicar o princípio da insignificância. Irresignada, Aline impetrou outro *habeas corpus*, desta vez perante o Supremo Tribunal Federal, que divergiu da decisão recorrida. A partir da análise do caso hipotético acima narrado e dos princípios da legalidade, igualdade e proporcionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A legalidade penal é a descrição de determinada conduta humana como crime, cominando a respectiva pena, em atenção ao princípio da reserva legal disposto no art. 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal de 1988: não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- b) Apesar de Aline ter praticado ato típico, antijurídico e culpável descrito no art. 155, *caput*, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal, é possível no caso concreto o reconhecimento da atipicidade material da sua conduta após juízo de razoabilidade e proporcionalidade, especialmente porque sua conduta não resultou em nenhum prejuízo concreto ao hipermercado.
- c) Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade são princípios constitucionais implícitos que assumiram papel de destaque no direito constitucional contemporâneo, guardando forte relação com as noções de justiça, igualdade e moderação, além da íntima vinculação à ideia de controle dos atos do poder público e de aferição da legitimidade dos atos legislativos e das decisões judiciais.
- d) A falta de repressão de tais condutas representa verdadeiro incentivo à prática de pequenos delitos que, no conjunto, trazem desordem social, motivo pelo qual é vedada a absolvição de Aline com base no princípio da legalidade.
- e) A aplicação do princípio da insignificância ou bagatela não fere o princípio da legalidade, seja porque não há princípio constitucional absoluto, seja porque os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade autorizam interpretação no campo da colisão entre direitos e princípios.

48. A supremacia constitucional fundamenta o controle de constitucionalidade brasileiro, tido como ferramenta para impedir que leis ou atos normativos infraconstitucionais permaneçam no ordenamento jurídico pátrio. A respeito do controle de constitucionalidade no Brasil, leia o caso hipotético abaixo, julgue os itens e assinale a alternativa CORRETA.

Leis estaduais do Estado do Acre destinaram o mínimo de 15% (quinze por cento) das vagas previstas em concurso para os quadros de combatentes às candidatas do sexo feminino. A questão foi objeto de controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, por violação a diversos dispositivos constitucionais, tais como art. 3º, inciso IV; art. 5º, *caput* e inciso I; art. 7º, inciso XX, entre outros, todos da Constituição Federal de 1988. No caso em apreço:

I. O controle de constitucionalidade brasileiro é misto, isto é, pode ser exercido pelo sistema difuso ou concentrado. Nesse caso, por se tratar de lei estadual, o controle deveria ter sido exercido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e não pelo Supremo Tribunal Federal.

II. O STF pode exercer o controle abstrato de constitucionalidade de lei municipal ou estadual por meio de ação direta de inconstitucionalidade (ADI).

III. Qualquer lei ou ato normativo advindo do poder público, independentemente se da esfera federal, estadual ou municipal, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal.

IV. A competência para a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) é definida na causa de pedir. Nesse sentido, segundo o STF, tratando-se de norma constitucional estadual de reprodução ou imitação ou remissivas, a competência é do Supremo Tribunal Federal.

V. No caso em apreço, cabe ao STF julgar procedente a ação direta de inconstitucionalidade para conferir interpretação conforme à Constituição Federal das leis do Estado do Acre, a fim de afastar a restrição à participação de candidatas do sexo feminino nos concursos públicos para combatente da corporação militar.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão erradas.
- c) Somente uma alternativa está correta.
- d) Somente duas alternativas estão corretas.
- e) Somente três alternativas estão corretas.

49. O Regimento Interno do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é norma procedimental regulatória interna que organiza a estrutura e as atribuições de todos os setores no âmbito ministerial. De acordo com o Regimento Interno do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Procurador-Geral de Justiça pode solicitar manifestações técnicas das Assessorias da Procuradoria-Geral de Justiça, para subsidiarem sua proposta, por serem unidades de apoio técnico-jurídico do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em procedimentos administrativos, processos judiciais e outros expedientes em curso na Procuradoria-Geral de Justiça.
- b) Compete à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça promover o agendamento de reunião extraordinária com o Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pois ela detém atribuição de gerenciar a agenda do Procurador-Geral de Justiça.
- c) À Secretaria do Conselho Superior e Colégio de Procuradores e Promotores compete organizar as sessões do Conselho Superior, do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça e do Conselho Tutelar da Ordem do Mérito, fornecendo suporte operacional e administrativo.
- d) Compete à Assessoria Especial de Imprensa da Procuradoria-Geral de Justiça coordenar a elaboração e a divulgação dos dados que gerem notícias jornalísticas de interesse do Procurador-Geral de Justiça e das respectivas assessorias e núcleos vinculados.
- e) O Procurador-Geral de Justiça poderá se valer da Secretaria de Planejamento para promover estudos que subsidiem a fixação de objetivos e diretrizes para a definição da organização administrativa do MPDFT.

50. As funções do Ministério Público se dividem em típicas e atípicas. A partir dessa afirmação, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Considera-se função atípica a participação do órgão ministerial no Conselho Penitenciário do Distrito Federal.
- b) É função do Ministério Público requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, inclusive os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas que entender necessárias.
- c) No âmbito das suas atribuições, o órgão ministerial tem legitimidade para notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada.
- d) O órgão ministerial, para exercer legitimamente suas atribuições, poderá acessar de forma incondicional qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública.
- e) Para além do juiz, a prisão de qualquer indivíduo por parte de autoridade federal ou do Distrito Federal e Territórios deverá ser comunicada incontinente ao Ministério Público com atribuições para o caso, com indicação do lugar onde se encontra o indivíduo preso e cópia dos documentos comprobatórios da legalidade da prisão.

51. Vários instrumentos normativos internacionais serviam de base para a organização do paradigma da proteção integral, abraçado pela Constituição Federal de 1988 e pelas leis que tratam da proteção da criança e do adolescente, em especial, o ECA. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, ante o tempo decorrido, não se afigura um instrumento normativo internacional que contribui para a organização do paradigma da proteção integral, pois deixou de reconhecer em seu texto a proteção especial para essa categoria.
- b) O tripé de responsabilidade solidária entre família, sociedade e Estado está reconhecido na Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.
- c) Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 tratou dos direitos humanos dos adultos, este instrumento não teve repercussão para a elaboração da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989.
- d) As Regras Mínimas de Beijing criaram o perdão judicial para adolescentes infratores.
- e) Os direitos humanos especiais das crianças previstos na Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança de 1989 também estão contemplados na Constituição Federal de 1988, exceto o direito à citação ou à notificação.

52. Numa perspectiva de evolução histórico-positiva, a Teoria dos Direitos Fundamentais sedimenta o conceito de normas de direitos fundamentais que é de extrema relevância para o entendimento da atual ordem jurídica, assim como para a compreensão do duplo caráter desses direitos como normas e princípios. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Segundo Alexy, as teorias históricas explicam o desenvolvimento dos direitos fundamentais; as teorias filosóficas se empenham em esclarecer os fundamentos dos direitos fundamentais e as teorias sociológicas se encarregam de refletir sobre a função dos direitos fundamentais no sistema social.
- b) Bobbio defende que, num mundo ideal, os direitos nascem todos de uma vez. E que tão importante quanto o reconhecimento dos direitos é a implementação desses direitos reconhecidos.
- c) Bobbio reconheceu que a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 foi o instrumento normativo que deu origem à primeira geração de direitos fundamentais.
- d) De acordo com Bonavides, o direito à paz e o direito à informação são direitos de quinta dimensão ou geração.
- e) De acordo com a compreensão de Sarlet acerca do conceito materialmente aberto dos direitos fundamentais, não existem direitos fundamentais fora do catálogo da Constituição Federal.

53. De acordo com o Ministério da Saúde, "O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país". Apesar da saúde ser direito de toda a população brasileira, ainda há muitos desafios a serem superados, sendo a atuação do Ministério Público relevante para a promoção dos princípios do SUS, como a universalização, a equidade e a integridade. Com relação ao SUS e ao papel do Ministério Público, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em caso de inter rompimento de programa de reprodução humana por hospital público, não cabe ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público contra o Estado ou Distrito Federal em que o referido hospital se localiza, pois o direito reprodutivo das pacientes é personalíssimo.
- b) O Ministério Público pode fiscalizar os sistemas de doação e transplante de órgãos, mas não pode protagonizar campanhas de esclarecimento e conscientização a respeito do tema, por ser atividade de gestão exclusiva do Ministério da Saúde ou das Secretarias de Saúde.
- c) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público, constitui o SUS, sendo vedada a participação da iniciativa privada no SUS.
- d) Compete aos Municípios prestarem, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, mas o Ministério Público pode atuar extrajudicialmente em vistorias dos serviços prestados nos hospitais da rede pública, não sendo atividade exclusiva dos gestores públicos.
- e) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. O dever do Estado exclui o das pessoas, o da família, o das empresas e o da sociedade.

54. O Ministério Público moveu ação civil pública contra proprietário de um shopping center por estar construindo em área de preservação permanente (APP), tendo solicitado a desocupação da APP, a demolição da construção, o reflorestamento e o pagamento de indenização. A respeito do tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não causa dano ecológico *in re ipsa*, quem, fora das exceções legais, desmata, ocupa ou explora área de preservação permanente, ou impede sua regeneração, comportamento de que emerge obrigação *propter rem* de restaurar na sua plenitude e indenizar o meio ambiente degradado e terceiros afetados, sob regime de responsabilidade civil objetiva.
- b) A vegetação situada em área de preservação permanente deverá ser mantida por proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- c) Consideram-se áreas de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a assegurar condições de bem-estar público, entre outras finalidades.
- d) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- e) No âmbito da ação civil pública, pode ser ajuizada ação cautelar objetivando evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, à ordem urbanística, entre outros.

55. O direito fundamental à educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A partir dessas finalidades é que são organizadas as políticas públicas na área da educação, as quais devem primar pela igualdade e pela universalidade. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A educação básica e gratuita compreende a faixa etária entre 4 e 17 anos de idade, abrangendo a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio.
- b) É dever do Estado assegurar o acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria, exceto quando se tratar de aluno repetente.
- c) Está no rol de deveres do Estado a educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas, abarcando inclusive as crianças que se encontram nas creches.
- d) É garantido atendimento educacional, no decorrer do período de internação, ao aluno da educação infantil internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o poder público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. Entretanto, esta garantia não alcança estudantes do ensino médio.
- e) Compete ao poder público fazer o recenseamento anual de crianças e adolescentes, conforme descrição etária do parágrafo único do art. 2º do ECA. Quanto aos adultos, a obrigatoriedade se limita aos jovens adultos que ingressaram na educação superior.

56. Leia o caso hipotético a seguir e assinale a alternativa INCORRETA. Ação civil pública ajuizada em litisconsórcio pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público de Minas Gerais contra a União e o Município de Ouro Preto/MG objetivou a determinação de medidas de proteção e a restauração do imóvel que abriga o Centro Cultural Ajeijadinho – pertencente à União e tombado, em 2000, como patrimônio histórico e cultural pelo Município Ouro Preto, que detém a cessão de uso do imóvel –, indicando que houve dano ambiental na reforma de ampliação do imóvel.

- a) Ainda que constatada omissão do Município de Ouro Preto em relação à conservação do Centro Cultural Aleijadinho, poderá ensejar responsabilidade civil da União por danos ao meio ambiente, decorrentes de omissão no dever de fiscalização.
- b) O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- c) A responsabilidade da União é subsidiária em relação ao Município de Ouro Preto.
- d) Poderá ser ajuizada ação cautelar em sede de ação civil pública, objetivando, inclusive, evitar dano iminente à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- e) Nas ações civis públicas, o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

57. As políticas públicas para as categorias criança e adolescente estão sedimentadas no paradigma das Nações Unidas da Proteção Integral, que tem como viga mestra os princípios da corresponsabilidade entre a família, a sociedade e o Estado, da condição de sujeitos de direitos em fase peculiar de desenvolvimento, da prioridade absoluta e do interesse superior. Dessa forma, quanto aos mencionados princípios, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Exemplos da prioridade absoluta em relação às questões da infanto-adolescência estão arrolados no texto normativo conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) Além das categorias crianças e adolescentes, a prioridade absoluta também é reconhecida em texto normativo à pessoa idosa, porém somente em relação ao atendimento à saúde.
- c) Em decorrência do princípio da corresponsabilidade, considerando a fragilidade das famílias brasileiras, elas possuem menor carga de responsabilidade em relação à criação e à educação de crianças e adolescentes, diante de disposição constitucional específica.
- d) O princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento é um dos vetores de interpretação do ECA, nos termos de dispositivo próprio, ressaltando-se, porém, os casos de adolescentes autores de atos infracionais.
- e) Sobre o princípio do interesse superior da criança, é correto afirmar que o juiz, ao decidir, deverá adotar obrigatoriamente a opinião da criança, cuidando-se de tutela, guarda e adoção.

58. O envelhecimento é um fenômeno natural que ganha destaque com o crescimento da população idosa a cada ano. Seus efeitos são materialmente visíveis nas demandas sociais, nas áreas da saúde e da previdência e geram inúmeros desafios para garantir os direitos e a qualidade de vida da pessoa idosa. Com relação à atuação do Ministério Público face à pessoa idosa e ao Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Ministério Público atua na defesa dos interesses sociais e individuais da pessoa idosa somente no âmbito criminal, uma vez que a Constituição Federal de 1988, no art. 230, prevê ser dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.
- b) O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003) define violência contra a pessoa idosa como qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico, não incluindo atos que provoquem danos psicológicos.
- c) As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência para pessoas idosas adotarão diversos princípios, entre eles a preservação dos vínculos familiares. Para isso, estão autorizadas a providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania à pessoa idosa que não a exerça, na forma da lei.
- d) As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas somente pelos Conselhos da Pessoa Idosa e pela Vigilância Sanitária.
- e) É vedado ao Ministério Público ajuizar ações civis públicas para obrigar o poder público a disponibilizar aos idosos os medicamentos de uso continuado, por se tratar de direito individual sobre o qual somente o próprio idoso ou sua família possuem legitimidade.

59. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE do terceiro trimestre de 2022 indicou que a população brasileira com faixa etária de 2 anos ou mais enquadrada na condição de pessoa com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária. Apesar da expressiva quantidade de pessoas com deficiência no Brasil e do *status* constitucional concedido pela ratificação da Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ainda há longo caminho a ser percorrido quanto ao gozo pleno de seus direitos. A respeito dos direitos da pessoa com deficiência e da atuação do Ministério Público, entre outros, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.
- b) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência. À Defensoria Pública e ao Ministério Público cabe tomar as medidas necessárias à garantia de direitos.
- c) É competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal legislar sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência.
- d) Apropriar-se de remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência ou utilizar cartão magnético para realizar operações financeiras com o fim de obter vantagem indevida para si são ações que configuram crime, ainda que efetuadas por familiares.
- e) O termo deficiência é um conceito em evolução, assim como as normas que visam assegurar o direito das pessoas com deficiência, sendo permitido atualmente a fixação de salário distinto para o trabalhador com deficiência, em razão da sua condição.

60. O Código de Defesa do Consumidor (CDC) é instrumento jurídico pós-Constituição de 1988 criado para estabelecer o equilíbrio e a harmonia das relações de consumo, protegendo toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, em razão da presunção de vulnerabilidade em face dos fornecedores. Acerca do tema, é CORRETO afirmar que:

- a) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor de produtos ou serviços possui responsabilidade subjetiva, ou seja, deve responder por prejuízos causados a terceiros sempre que comprovada sua culpa. Assim, em caso de reparação de dano, cabe ao consumidor demonstrar o defeito do produto ou serviço, o prejuízo sofrido e o nexo de causalidade entre eles.
- b) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados diversos princípios, entre eles, a defesa do consumidor.
- c) As instituições financeiras respondem pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias mediante comprovação de culpa.
- d) Eventual erro de diagnóstico de patologia, ou quanto às conclusões lançadas nos laudos emitidos por laboratórios, enseja dano moral, mas não se caracteriza como relação de consumo e, portanto, não está sujeito às disposições do Código de Defesa do Consumidor.
- e) A respeito da desconsideração da personalidade jurídica no CDC, cuida-se de instituto decorrente de uma construção doutrinária e jurisprudencial, não havendo no nosso ordenamento nenhuma norma específica a esse respeito.

---

Este conteúdo não é criado nem endossado pela Microsoft. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário.